

# Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2018

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do Auditor Independente	3
Demonstrações Contábeis	8
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	15

# Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

---

Grant Thornton Auditores Independentes

Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105  
12º andar | Edifício Berrini One | Itaim Bibi  
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100

Aos Administradores e Conselheiros da  
**Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

## 1. Mensuração das obrigações atuariais (controladora e consolidado)

Nota Explicativa nº 20 – Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA – A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios na modalidade de contribuição variável, que assegura renda mensal à aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual, auxílio-doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez, na modalidade de benefício definido. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores Seguro de Reembolso de Assistência à Saúde nos segmentos ambulatorial, hospitalar e obstétrico, em conformidade com a Resolução Normativa 279 da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Tais valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com elevado grau de subjetividade, tais como taxas de desconto, inflação e mortalidade. Este tema foi, após nossas análises sobre todos os riscos significativos do exercício corrente, novamente considerado um assunto relevante e, portanto, crítico para a nossa auditoria, tendo em vista que o passivo com benefícios à empregados está sujeito a alterações nas premissas, entre outros fatores, com determinado grau de subjetividade na mensuração destas obrigações (além das incertezas inerentes à esse tipo de estimativa e das respectivas premissas utilizadas nos cálculos atuarias).

### Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios de contribuição definida e seguro de reembolso de assistência à saúde, considerando, entre outros, os controles relacionados à totalidade e adequação das bases de dados e os de aprovação das premissas consideradas nos cálculos atuariais;
- Testamos a base de dados, de forma a confirmar a integridade dos dados que suportam os cálculos atuariais dos colaboradores, selecionando, em base amostral, determinados colaboradores e confirmamos se os dados cadastrados e base para cálculo e pagamento dos benefícios estavam adequados;
- Obtemos auxílio de nossos especialistas atuários com o entendimento das metodologias e julgamentos utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações em comparação com os parâmetros de mercado;
- Em base amostral, reexecutamos os cálculos atuariais efetuados pelos atuários externos da Companhia, considerando as premissas adotadas nos cálculos, além de testes de existência e recálculo do valor justo dos ativos dos planos;
- Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados dos passivos decorrentes dos planos de benefícios de contribuição definida e seguro de reembolso de assistência à saúde da Companhia. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração das obrigações atuariais foram apropriadamente tratados e divulgados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## 2. Reconhecimento de receita de vendas (controladora e consolidado)

Nota Explicativa nº 22 – Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA – Em virtude da diversificação da carteira de clientes da Companhia e a necessidade de que a receita de vendas seja reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que se espera ter direito em troca da transferência de bens para os clientes (conforme pronunciamento técnico IFRS 15 (CPC 47) – Receita de contrato com cliente, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018), destaca-se, dentre o modelo de cinco etapas de avaliação previstos no citado pronunciamento técnico, o momento em que a Companhia atende a obrigação de desempenho de entrega das mercadorias (em virtude do relevante controle logístico implementado pela Companhia para monitoramento das entregas de mercadorias e obtenção de evidências quanto aos respectivos aceites pelos clientes).

Dessa forma, este tema continuou a ter uma atenção de nossa parte no exercício corrente, assim como havia ocorrido no exercício anterior, sendo, portanto, considerado um assunto crítico e de risco em nossa auditoria, tendo em vista que, como parte dos procedimentos de auditoria, houve a necessidade de realizarmos procedimentos de avaliação dos controles de corte do reconhecimento de receitas por parte da Companhia, registro e divulgação nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, objetivando checar se as obrigações de desempenho haviam sido atendidas apropriadamente.

### **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Realizamos o entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a apuração e registro das receitas (e respectivas obrigações de performance);
- Realizamos análises qualitativas do prazo médio de entrega por região;
- Em base amostral, realizamos testes nos faturamentos realizados próximos à data de fechamento do exercício e obtivemos evidências sobre as transferências dos riscos e benefícios aos compradores;
- Em base amostral, realizamos testes nos controles de *cut-off* implementados pela Companhia, bem como nos respectivos montantes registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
- Selecionamos determinadas faturas e procedemos com confirmação do valor em aberto junto à determinados clientes, selecionados em base amostral e estatística. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento de receita de vendas estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós, cujo relatório, datado de 9 de março de 2018, não continha ressalva. Os valores correspondentes estão sendo reapresentados em virtude da adoção pela Companhia, de forma retrospectiva, do Pronunciamento Técnico IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente (CPC 47), conforme discutido na Nota Explicativa nº 3.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o Relatório do Auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

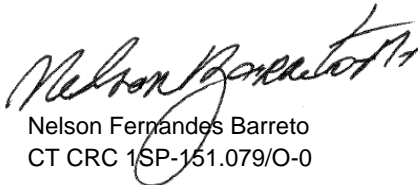
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos alguma que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2019



Nelson Fernandes Barreto  
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

## Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

### Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

#### ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.391	8.399	16.599	10.702
Títulos e valores mobiliários	5	38.738	9.792	45.857	16.928
Contas a receber de clientes	6	154.333	138.796	157.355	144.868
Estoques	7	118.875	94.462	131.079	106.952
Impostos a recuperar	-	4.189	2.713	9.519	6.845
Outros créditos	-	4.281	4.907	4.363	4.996
Despesas antecipadas	-	532	991	534	991
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>336.339</b>	<b>260.060</b>	<b>365.306</b>	<b>292.282</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Contas a receber de clientes	6	2.414	3.013	2.414	3.013
Depósitos para recursos	18	1.495	1.099	1.495	1.099
Outros créditos		1.936	1.895	247	258
Investimentos em controladas	10	25.243	52.406	-	-
Ativos mantidos para venda	9	105.082	105.082	105.082	105.082
Imobilizado	12	241.418	224.904	241.827	225.275
Intangível		1.256	1.198	1.256	1.198
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>378.844</b>	<b>389.597</b>	<b>352.321</b>	<b>335.925</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>715.183</b>	<b>649.657</b>	<b>717.627</b>	<b>628.207</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.**  
**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Valores expressos em milhares de reais)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	13	87.042	100.559	87.042	100.559
Fornecedores	14	51.190	41.134	52.345	43.139
Obrigações tributárias	15	24.506	21.378	25.865	22.330
Obrigações trabalhistas	16	25.341	20.991	25.741	21.464
Dividendos a pagar	19e	12.767	7.333	14.482	8.996
Outras obrigações	17	16.262	14.622	16.273	14.927
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>217.108</b>	<b>206.017</b>	<b>221.748</b>	<b>211.415</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	13	45.000	25.000	45.000	25.000
Provisão para demandas judiciais	18	1.194	4.605	1.194	4.605
Partes relacionadas	11	14.336	39.832	9.424	8.892
Impostos diferidos	8	14.829	13.507	14.829	13.507
Plano de aposentadoria complementar e seguro saúde	20	24.859	20.551	24.859	20.551
Outras obrigações		1.875	-	1.875	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>102.093</b>	<b>103.495</b>	<b>97.181</b>	<b>72.555</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	19a	200.000	200.000	200.000	200.000
Reserva de reavaliação	19b	8.429	8.429	8.429	8.429
Reservas de lucros	19c	154.866	93.275	154.866	93.275
Outros resultados abrangentes	19d	32.687	38.441	32.687	38.441
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>395.982</b>	<b>340.145</b>	<b>395.982</b>	<b>340.145</b>
<b>Participação de não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.716</b>	<b>4.092</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>395.982</b>	<b>340.145</b>	<b>398.698</b>	<b>344.237</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>715.183</b>	<b>649.657</b>	<b>717.627</b>	<b>628.207</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.**  
**Demonstrações dos resultados**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	(Reapresentado) 31/12/2017	31/12/2018	(Reapresentado) 31/12/2017
Receita operacional líquida	22	737.140	603.643	768.081	638.074
Custo dos produtos vendidos	23	(404.177)	(334.119)	(418.251)	(351.001)
<b>Lucro bruto</b>		<b>332.963</b>	<b>269.524</b>	<b>349.830</b>	<b>287.073</b>
Despesas de vendas	24	(110.408)	(98.647)	(119.326)	(108.278)
Despesas administrativas	24	(91.553)	(79.078)	(93.268)	(80.349)
Outras receitas (despesas), líquidas		3.853	3.959	3.855	3.992
Resultado de equivalência patrimonial	10	1.886	4.202	-	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>136.741</b>	<b>99.960</b>	<b>141.091</b>	<b>102.438</b>
Despesas financeiras	25	(87.446)	(51.419)	(88.841)	(49.063)
Receitas financeiras	25	70.222	29.629	70.932	29.829
<b>Resultado financeiro líquido</b>	25	<b>(17.224)</b>	<b>(21.790)</b>	<b>(17.909)</b>	<b>(19.234)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>119.517</b>	<b>78.170</b>	<b>123.182</b>	<b>83.204</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(36.868)</b>	<b>(22.437)</b>	<b>(38.957)</b>	<b>(25.694)</b>
Corrente	8a	(34.081)	(23.331)	(36.170)	(26.588)
Diferido	8a	(2.787)	894	(2.787)	894
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>82.649</b>	<b>55.733</b>	<b>84.225</b>	<b>57.510</b>
<b>Lucro atribuído:</b>					
Acionistas não controladores		-	-	1.576	1.777
Acionistas controladores		82.649	55.733	82.649	55.733
<b>Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores</b>					
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	21	6,09	4,10	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	82.649	55.733	84.225	57.510
<b>Outros resultados abrangentes:</b>				
Variação na mensuração de passivos atuariais	(2.844)	(149)	(2.844)	(149)
Ajustes de conversão para moeda estrangeira	(2.910)	(119)	(2.910)	(119)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	76.895	55.465	78.471	57.242
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>				
Acionistas controladores	76.895	55.465	76.895	55.465
Acionistas não controladores	-	-	1.576	1.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação de ativos	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		100.000	36.154	8.429	115.936	-	38.709	299.228	3.651	302.879
Lucro líquido do exercício	21	-	-	-	-	55.733	-	55.733	1.777	57.510
Lucro líquido do exercício	19d	-	-	-	-	-	(743)	(743)	(741)	(1.484)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	19d	-	-	-	-	-	622	622	(595)	27
Aumento de Capital	19c1	100.000	(36.154)	-	(63.846)	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	19c2	-	-	-	2.787	(2.787)	-	-	-	-
Constituição da reserva estatutária	19e	-	-	-	5.573	(5.573)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	19e	-	-	-	-	(8.740)	-	(8.740)	-	(8.740)
Dividendos	19c3	-	-	-	-	(5.808)	-	(5.808)	-	(5.808)
Retenção de lucros	19d	-	-	-	32.825	(32.825)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(147)	(147)	-	(147)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		200.000	-	8.429	93.275	-	38.441	340.145	4.092	344.237
Lucro líquido do exercício	21	-	-	-	-	82.649	-	82.649	1.576	84.225
Efeito de conversão de moeda estrangeira	19d	-	-	-	-	-	(1.805)	(1.805)	(1.847)	(3.652)
Efeito de variação cambial sobre dividendos	19d	-	-	-	-	-	(1.105)	(1.105)	(1.105)	(2.210)
Constituição da reserva legal	19c1	-	-	-	4.132	(4.132)	-	-	-	-
Constituição da reserva estatutária	19c2	-	-	-	8.265	(8.265)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	19e	-	-	-	-	(9.521)	-	(9.521)	-	(9.521)
Dividendos	19e	-	-	-	-	(11.537)	-	(11.537)	-	(11.537)
Retenção de lucros	19d	-	-	-	49.194	(49.194)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(2.844)	(2.844)	-	(2.844)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		200.000	-	8.429	154.866	-	32.687	395.982	2.716	398.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos**  
**em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Lucro do exercício</b>	82.649	55.733	84.225	57.510
<b>Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:</b>				
Depreciações e amortizações	33.752	31.879	33.771	31.898
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.787	(894)	2.787	(894)
Resultado de equivalência	(1.886)	(4.202)	-	-
Despesa de juros	11.124	14.639	10.361	11.352
Provisão demandas judiciais	(3.411)	145	(3.411)	145
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(717)	(506)	(717)	(506)
Perda estimada para estoques obsoletos	(3.809)	7.252	(3.809)	7.252
Variações monetárias e cambiais líquidas	1.445	(4.209)	(4.271)	(2.110)
Participação de acionistas não controladores	-	-	(1.576)	(1.777)
Resultado do valor residual de baixa do ativo	102	76	102	76
	122.036	99.913	117.462	102.946
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(14.221)	(18.255)	(11.170)	(16.187)
(Aumento) redução em estoques	(20.604)	(3.187)	(20.318)	(2.086)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(1.475)	(918)	(2.674)	(85)
(Aumento) redução em outros ativos	687	(751)	693	(635)
Aumento (redução) em fornecedores	10.056	6.199	9.206	5.730
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	4.349	2.244	4.277	1.818
Aumento (redução) em obrigações tributárias	3.127	3.312	3.534	1.346
Aumento (redução) em outros passivos	1.640	1.245	1.347	1.182
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	105.595	89.802	102.357	94.029
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Recebimento de dividendos	26.099	939	2.198	-
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(28.946)	(516)	(28.929)	(1.006)
Adições ao imobilizado	(50.021)	(29.464)	(50.021)	(29.482)
Adições ao intangível	(110)	(116)	(110)	(116)
Recebimento pela alienação do ativo imobilizado	308	125	308	125
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	(52.670)	(29.032)	(76.554)	(30.479)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	165.015	164.813	165.015	164.813
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal e juros)	(170.628)	(212.660)	(170.628)	(212.660)
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(14.825)	(9.223)	(14.825)	(9.223)
Recebimento (pagamentos) de empréstimos com partes relacionadas	(25.495)	(19)	532	(976)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	(45.933)	(57.089)	(19.906)	(58.046)
<b>Aumento (redução) de Caixa e equivalentes de caixa</b>	6.992	3.681	5.897	5.504
No início do exercício	8.399	4.718	10.702	5.198
No fim do exercício	15.391	8.399	16.599	10.702
<b>Aumento (redução) de Caixa e equivalentes de caixa</b>	6.992	3.681	5.897	5.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.**  
**Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>(+) Receitas</b>	1.067.457	899.421	1.101.016	936.844
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.063.337	895.412	1.096.894	932.802
Outras receitas	3.853	3.959	3.855	3.992
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	267	50	267	50
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	(382.630)	(326.497)	(401.519)	(348.904)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)				
Custo dos produtos vendidos	(68.698)	(58.237)	(68.698)	(58.237)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(313.932)	(268.260)	(332.821)	(290.667)
<b>(=) Valor adicionado bruto</b>	684.827	572.924	699.497	587.940
<b>(-) Depreciação</b>	(33.752)	(31.879)	(33.771)	(31.898)
<b>(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	651.075	541.045	665.726	556.042
<b>(+) Valor adicionado recebido em transferência</b>	73.165	33.158	71.989	29.155
Resultado de equivalência patrimonial	1.886	4.202	-	-
Receitas financeiras	70.222	29.629	70.932	29.829
Outras	1.057	(673)	1.057	(674)
<b>(=) Valor adicionado total a distribuir</b>	724.240	574.203	737.715	585.197
<b>(=) Distribuição do valor adicionado</b>	724.240	574.203	737.715	585.197
<b>Despesas com pessoal</b>				
- Remuneração direta	131.627	120.564	136.290	125.073
- Benefícios	37.687	31.547	37.778	31.652
- F.G.T.S.	10.122	9.248	10.138	9.037
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
- Federais	251.207	201.929	256.422	208.393
- Estaduais	117.245	97.998	117.268	98.029
- Municipais	1.260	1.274	1.757	1.751
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>				
- Juros	86.891	49.312	88.005	46.509
- Aluguéis	4.997	4.491	4.996	4.689
- Outras	555	2.107	836	2.554
<b>Remuneração de capitais próprios</b>				
- Juros sobre capital próprio	9.521	8.740	9.521	8.740
- Lucros retidos	73.128	46.993	73.128	46.993
- Participação dos acionistas não controladores nos lucros	-	-	1.576	1.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

## 1. Contexto operacional

A Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. (“Nadir” ou “Companhia”), estabelecida à Avenida Morvan Dias de Figueiredo nº 3535, na cidade de São Paulo, é uma Companhia anônima de capital aberto, contando com instalações industriais no estado de São Paulo, na cidade de Suzano. Os principais objetivos da Companhia são: indústria, comércio, exportação e importação de produtos de vidro, cristal, cerâmica e louça, destinados às utilidades domésticas e embalagens de alimentos e bebidas, e participações em outras empresas.

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

### a) Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 08 de março de 2019, o Conselho Fiscal e Conselho de Administração aprovaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e autorizou sua divulgação.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

## b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas. O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixa de existir.

Em 31 de dezembro 2018 e 2017, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação das seguintes empresas, respectivamente:

Controladas	31/12/2018		31/12/2017	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mineração Rosicler Ltda.	99,97%	-	99,97%	-
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	92,02%	7,98%	92,02%	7,98%
Distribuidora Brasim S.A. (i)	50,00%	-	50,00%	-
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	98,99%	1,00%	98,99%	1,00%

- (i) A Companhia controla as políticas financeiras e operacionais, principalmente pelo fato da controlada ser uma revendedora exclusiva e só vender os produtos adquiridos da Companhia.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Sempre que necessário, são realizados ajustes de modo a adequar as práticas contábeis às da Companhia.

Os saldos das contas patrimoniais, as receitas, despesas e lucros (prejuízos) não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminadas por completo, líquidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.



## Hiperinflação na Argentina

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidênciação em economia hiperinflacionária (IAS 29, equivalente ao CPC 42), passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice de preços ao consumidor. Como consequência, a Companhia aplicou os conceitos do IAS 29 para a sua controlada na Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido da controlada na Argentina foram atualizados pela inflação. As demonstrações de resultados do exercício de 2017, e os respectivos balanços patrimoniais da controlada na Argentina não foram reapresentados.

Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral foram reportados como ajustes de avaliação patrimonial, no montante líquido de R\$ 1.533.

### c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

### d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações contábeis são traduzidas para o Real na data do fechamento.

### Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

## e) Estimativas e julgamentos

### Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos à estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, provisão para perda de estoques, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para demandas judiciais e de instrumentos financeiros.

As principais premissas relativas à fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços patrimoniais, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

### Revisão da vida útil

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição. As estimativas de vida útil são realizadas internamente pelo departamento de engenharia.

### Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é registrada em uma quantia considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas decorrentes de cobranças das duplicatas a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise individualizada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base nas perdas esperadas, através de um modelo prospectivo, levando-se em consideração a análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

### Provisão para perda de estoques

A Companhia revisa periodicamente o valor líquido de realização e a demanda de seus estoques para garantir que os estoques registrados são demonstrados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização, assim como estoques obsoletos.

### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### Realização do imposto de renda diferido

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral.

### Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

### **3. Sumário das principais políticas contábeis**

As políticas contábeis abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir:

#### (i) Classificação

O CPC 38 determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma eliminou as categorias existentes anteriormente de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Companhia interpreta inicialmente o ativo financeiro relativo as contas a receber como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48, pois pretende manter o ativo até o vencimento para receberem o fluxo de caixa contratuais e esse fluxo de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

#### (ii) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A nova norma substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. A Administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma na estimativa das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como na rubrica de contas a receber de clientes.

b) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias da data de contratação, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério “*pro rata temporis*”, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

Os títulos e valores mobiliários incluem fundos de investimentos não exclusivos cujos valores de mercado se aproximam dos valores contábeis, para os quais não há resgate imediato.

c) Contas a receber de clientes e perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base na perda esperada (através de um modelo prospectivo), sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

d) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. A Companhia considera em sua provisão para perdas nos estoques os materiais com giro lento e/ou obsoletos.

e) Investimentos

A Companhia detém o controle sobre uma empresa quando possui o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. Os investimentos nas controladas são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis individuais, sendo os investimentos em controladas eliminados para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, e o efeito das variações cambiais na conversão dos investimentos no exterior, os quais são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido.

A Companhia determina, em cada data de fechamento das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor contábil e a participação das perdas em controladas, e reconhece a parcela residual com passivo a descoberto de controladas, uma vez que assume as obrigações das mesmas.

f) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção (quando aplicável para casos de ativos qualificáveis), e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável. Para controlada em situação de economia hiperinflacionária, o ativo imobilizado está corrigido monetariamente conforme requerido pelo IAS 29 (CPC 42).

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme segue:

<u>Descrição do ativo</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e construções	25
Equipamentos	10
Instalações	10
Fornos	02 e 03
Máquinas e matrizes	10
Veículos	05

g) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos os custos de transação nos casos aplicáveis, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

h) Fornecedores e outras contas a pagar

Reconhecidos pelo valor nominal e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

i) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

Os impostos e as contribuições sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados à itens registrados no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, que são reconhecidos líquidos destes efeitos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo ou passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

## Diferido

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. As controladas que optam pelo regime de lucro presumido não podem compensar prejuízos fiscais de um exercício com lucros gerados em anos subsequentes, e por esse motivo não são contabilizados tributos diferidos.

A Companhia avalia anualmente o valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação ao seu desempenho operacional e o lucro tributável futuro projetado e, quando necessário, reduz o seu montante ao valor de realização esperado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existe um direito legalmente executável de compensar ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes.

### j) Apuração do resultado e reconhecimento da receita

A receita de venda é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens para seus clientes. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. Vide Nota Explicativa nº 3.

### k) Benefícios a empregados

#### (i) Planos de Previdência

A Companhia é patrocinadora de um plano de benefícios, administrado pelo MultiBRA Fundo de Pensão – Bradesco Multipensions, que assegura a aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual, auxílio doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez aos seus funcionários, na modalidade de benefício definido, e ainda aposentadoria normal na modalidade de contribuição variável e/ou contribuição definida, dependendo da opção efetuada pelo participante na data da concessão do benefício.

O passivo reconhecido é o valor presente da obrigação de benefício definido nas datas dos balanços patrimoniais, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito unitário projetado para determinar o valor presente das obrigações e o respectivo custo do serviço corrente, considerando premissas demográficas, econômicas e financeiras adequado ao perfil da massa.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal e a aposentadoria antecipada, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

Os ativos do plano são mantidos pelo MultiBRA Fundo de Pensão – Bradesco Multipensions, entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a eles.

#### (ii) Planos de Saúde

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-aposentadoria aos seus empregados. Para este grupo, desenvolveu-se uma condição especial, onde o cálculo do prêmio é feito pela tabela da faixa etária, porém os pagamentos dos prêmios ocorrem através de boletos bancários emitidos pela Porto Seguro – Seguro Saúde, diretamente em favor do segurado. A partir de 20 de fevereiro de 2019, houve alteração da operadora do seguro saúde para Sul América Companhia de Seguro Saúde.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo, quando aplicável, é registrado pela Companhia somente quando:

- a) ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Companhia e serviço prestado pelo funcionário); e
- d) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Companhia, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

#### (iii) Benefícios

As obrigações de benefícios de curto prazo à empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.



#### l) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes à processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos assessores legais da Companhia.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando houver, são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas no balanço patrimonial da Companhia.

#### m) Tributos sobre as vendas

A Companhia está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,6%;
- Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) – até 15%;
- Impostos sobre Circulação de Mercadoria Serviços e Transporte (ICMS) – 7% a 18%; e
- Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) – 2,5% (exercício de 2017)

#### n) Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. A Companhia não possui instrumentos que possam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

#### **4. Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações de normas**

##### **Pronunciamentos contábeis novos adotados em 2018:**

##### **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48)**

Em 2014 foi emitida, pelo IASB, a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38 – Instrumentos Financeiros) e todas as versões anteriores da IFRS 9. A nova norma reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de *hedge*, faz-se necessária a aplicação retrospectiva (contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório). A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 e não efetuou reapresentação de informações comparativas.

As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em três categorias (mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, mensurados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado) dependendo da característica de cada instrumento e finalidade para quais foram adquiridos, podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente. Adicionalmente a norma traz um novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, sendo um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

As classificações de passivos financeiros permanecem os mesmos já previstos no IAS 39 (CPC 39) – Instrumentos Financeiros: Apresentação, somente sendo incluídas regras relativas aos passivos financeiros mensurados ao valor justo, não aplicável para as operações mantidas pela Companhia.

A Companhia e suas subsidiárias realizaram uma avaliação de impacto detalhado dos aspectos referentes à classificação e mensuração, redução ao valor recuperável da IFRS 9. Essa avaliação foi realizada com base em informações disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de alterações futuras nos modelos de negócios adotados pela Companhia para gestão de seus ativos ao longo dos exercícios subsequentes, conforme segue:

## i) Classificação e mensuração

As avaliações foram realizadas por meio da verificação do modelo de negócio adotado pela Companhia para gestão de seus ativos financeiros em detrimento às classificações estabelecidas pela IAS 39/CPC 38. Não foi identificado pela Companhia e suas subsidiárias impactos significativos em seus balanços patrimoniais individuais ou consolidados ou no patrimônio líquido na aplicação dos novos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

Dessa forma, a Companhia continuou avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros anteriormente mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, foram avaliadas as características contratuais dos fluxos de caixa e se esses ativos são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja captar fluxos de caixa contratuais que sejam representados exclusivamente por pagamento de principal e juros.

Na tabela a seguir demonstramos os impactos para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos da IFRS 9/CPC 48:

<b>Ativos/passivos financeiro</b>	<b>Classificação anterior</b>	<b>Classificação IFRS 9/CPC 48</b>
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a pagar	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado

## ii) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável.

Para essa avaliação, a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de risco e particularidades operacionais e implementou modelos de reconhecimento de perda de crédito esperada, considerando as diretrizes apresentadas pela IFRS 9.

A Companhia e suas subsidiárias aplicaram uma abordagem simplificada e registram perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. Além disso, considerando os requisitos para cálculo de redução ao valor recuperável estabelecido pelo IAS 39/CPC 48, a Companhia não reconhecia, até a adoção do IFRS 9/CPC 48, perdas esperadas com contrapartes com recebíveis de clientes. Dessa forma, dado que a maior parte de tais ativos são objeto de negociações com empresas predominantes em seu mercado de atuação, não foram identificados indícios de redução no valor recuperável e, com a adoção do IFRS 9, não houve impactos significativos.

O modelo adotado leva em consideração as características de risco de crédito das operações e contrapartes. Com base nisso, a Administração estabeleceu a avaliação/classificação dos riscos de crédito agrupando-os da seguinte maneira: i) *rating* A; ii) *rating* B; iii) *rating* C. A Administração não identificou impactos relevantes em decorrência da adoção da metodologia de perdas esperadas, haja visto que foi realizado um estudo avaliando o comportamento dos recebíveis ao longo do tempo, observando a evolução das faixas de vencimento do aging e conciliando os títulos através do período para identificar a eficiência no recebimento. Adicionalmente, a Companhia possui política de concessão de crédito com objetivo de estabelecer limites e prazos para operações de venda de mercadoria em todos os mercados de atuação. Os limites operacionais são estabelecidos avaliando-se aspectos econômico-financeiros, histórico de relacionamento e informações de mercado. O limite de crédito concedido é uma ponderação entre os aspectos avaliados e a necessidade operacional demandada. Após análise os clientes são classificados em *ratings* A, B e C.

### **IFRS 15 – Receita de contratos com clientes (CPC 47)**

A IFRS 15 (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente, com base em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida. A nova norma substitui o IAS 11 – Contratos de Construção, o IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações.

As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor. A Companhia e suas subsidiárias adotaram a nova norma em 1º de janeiro de 2018, com reapresentação dos saldos anteriores, conforme segue:

#### **(i) Direitos de devolução:**

Para quaisquer valores recebidos (ou a receber) aos quais não espera ter direito, não deve reconhecer a receita, mas sim reconhecer os valores recebidos (ou a receber) como obrigação de restituição. Subsequentemente, ao final de cada período de reporte, devem atualizar sua avaliação (com impacto na receita reconhecida).

De acordo com a IFRS 15, devido ao fato da existência de devoluções, a contraprestação recebida do cliente é variável. A Companhia decidiu usar o método do valor esperado para estimar as solicitações de reembolso que serão devolvidas porque este método prevê melhor o montante de contraprestação variável a que a Companhia e suas subsidiárias terão direito. Estas aplicaram os requisitos da IFRS 15 sobre a restrição de estimativas de contraprestação variável para determinar o montante da contraprestação variável que pode ser incluído no preço da transação e concluíram que não houve impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

(ii) Acordos e verbas comerciais:

A Companhia e suas subsidiárias efetuam pagamentos/abatimentos referentes às verbas contratuais, bônus de desempenho e ações de marketing (anteriormente registradas na rubrica Despesas comerciais), sendo que as mesmas se caracterizam como contraprestação variável. Apesar de a Companhia e suas subsidiárias não identificarem impactos com relação à época e valor de reconhecimento da receita de vendas (uma vez que já considerava o fator da contraprestação variável para fins de reconhecimento), houve a necessidade de reclassificação dos pagamentos de verbas contratuais de Despesas comerciais para conta redutora de vendas (uma vez que a Companhia e suas subsidiárias não fariam o pagamento sem a compra pelos varejistas para revenda - não sendo possível separar o benefício recebido pelo fabricante do contrato de venda de produtos). Assim, a Companhia e suas subsidiárias efetuaram o reconhecimento como redução de receita. Em 31 de dezembro de 2018, houve reclassificação da rubrica de Despesas comerciais para a rubrica de redução de receita líquida no montante de R\$27.484 (R\$24.038 em 31 de dezembro de 2017).

As estimativas de perda de valores não têm impacto significativo no reconhecimento de receita, haja visto que as perdas de valores com créditos de liquidação duvidosa não apresentam impactos relevantes em decorrência das políticas de mensuração mantidas pela Companhia.

Há componente de financiamento significativo em determinados contratos celebrados com clientes (cujo procedimento de ajuste do valor do dinheiro no tempo já era adotado pela Companhia e suas subsidiárias, conforme termos de pagamento pactuados pelas partes), não sendo objeto de ajustes e/ou impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pela Companhia e suas subsidiárias (conforme discutido anteriormente no item Acordos e verbas comerciais). A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há previsão de variabilidade, mas sem maiores impactos (uma vez que a Companhia e suas subsidiárias já consideravam o fator da contraprestação variável para fins de reconhecimento de receitas), havendo necessidade, somente, de reclassificação de montantes referentes à acordos e verbas comerciais da rubrica de Despesas comerciais para a rubrica de redução de receita líquida (conforme discutido anteriormente, no montante de R\$ 27.484 em 31 de dezembro de 2018 (R\$24.038 em 31 de dezembro de 2017)).

Principais linhas de negócios:

Referem-se às utilidades domésticas, embalagens e imóveis/outros.

Identificação de obrigação de performance

A obrigação de performance da Companhia refere-se à entrega dos produtos vendidos, havendo um preço estipulado no contrato ou prática comercial adotada pela Companhia (refletindo o valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência dos produtos ao cliente) – preço de venda individual estabelecido em contrato, com previsão de valores variáveis a serem considerados conforme discutido no item Acordos e verbas comerciais. Não há cláusulas contratuais e/ou eventos de que os clientes recebem descontos pela compra de um grupo de produtos (isto é, se a soma dos preços de venda individuais desses serviços prometidos no contrato exceder a contraprestação prometida no contrato), não havendo alocação de desconto a ser realizada às obrigações de desempenho, nem custo incremental para obtenção de contrato.

Remuneração esperada e alocação da remuneração

A Companhia adota o procedimento de reconhecer receitas referentes à venda de produtos mediante atendimento das obrigações de desempenho contratuais (entrega) pelo valor que reflita o valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca da transferência dos produtos prometidos ao cliente.

Julgamento significativo é utilizado para reconhecimento de receitas. Entretanto, a Companhia e suas subsidiárias não identificaram impactos com relação à época e valor de reconhecimento da receita de vendas (uma vez que já consideravam o fator da contraprestação variável para fins de reconhecimento).

Dessa forma, a Companhia satisfaz a obrigação de performance em momento específico do tempo referente receita de vendas de produtos.

**Pronunciamentos contábeis a serem adotados a partir de 1º de janeiro de 2019:**

As normas e interpretações novas e alteradas que são emitidas, mas ainda não estão em vigor, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia estão divulgadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se aplicáveis, quando se tornarem efetivas

#### **IFRS 16 – Arrendamentos**

Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substitui o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, e deliberado pela CVM em 21 de dezembro de 2017.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

- (i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou
- (ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

A Companhia e suas controladas decidiram adotar o IFRS16 (CPC 06 (R2)) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas decidiram aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como: (i) não reavaliação de contratos de arrendamento mercantil financeiro anteriormente reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); (ii) exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação; e (iii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4).

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamentos operacionais nos quais atuam como arrendatárias referentes à imóveis e empilhadeiras, sendo que atualmente esses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato. A Companhia e suas controladas concluíram o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações contábeis, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia ou suas controladas e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes às suas operações; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras.

A adoção inicial acarretará em um aumento aproximado de R\$ 13.513 no total de ativos e passivos, em decorrência do reconhecimento do direito de uso sobre o total arrendado e do passivo de arrendamento mercantil, respectivamente.

O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional (“aluguel”), no valor aproximado de R\$ 3.510, também resultando em impacto positivo no EBITDA – Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (“não auditado”).

Portanto, resultando em um impacto relevante em determinados indicadores financeiros da Companhia, bem como um aumento correspondente no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais reportadas nos fluxos de caixa.

### **Outras alterações**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas:

- **Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016** – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- **Alterações ao CPC 36** – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 – Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- **Alterações ao CPC 33 (R1)** – Alterações, reduções ou liquidação de planos – abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período base anual;
- **Interpretação IFRIC 23** – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda – A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:
  - § Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
  - § As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
  - § Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
  - § Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia e suas controladas adotarão a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. Não há outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.



## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	<b>15.391</b>	8.399	<b>16.599</b>	10.702
	<b>15.391</b>	<b>8.399</b>	<b>16.599</b>	<b>10.702</b>

Representados por numerários em moedas nacional e estrangeira, em instituições financeiras de primeira linha, com disponibilidade imediata para uso.

## 6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicação cambial (i)	<b>6.817</b>	5.723	<b>6.817</b>	5.723
Aplicação renda variável (ii)	<b>6.605</b>	1.342	<b>13.086</b>	7.692
Aplicação renda fixa (iii)	<b>25.316</b>	2.727	<b>25.954</b>	3.513
	<b>38.738</b>	<b>9.792</b>	<b>45.857</b>	<b>16.928</b>

(i) Aplicação com remuneração atrelada à variação do dólar norte americano.

(ii) Aplicação de renda variável remunerada à taxa média do CDI de até 114,0% ao ano em 31/12/2018 (de até 115,0% ao ano em 31/12/2017).

(iii) A aplicação em renda fixa é remunerada com base na variação do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

## 7. Contas a receber de clientes

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, considerando análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis e, quando necessário, em montantes suficientes para cobertura de eventuais perdas por não recebimentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercado interno	<b>147.402</b>	133.798	<b>147.412</b>	133.714
Mercado externo	<b>14.106</b>	13.489	<b>17.118</b>	19.645
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<b>(4.761)</b>	(5.478)	<b>(4.761)</b>	(5.478)
	<b>156.747</b>	<b>141.809</b>	<b>159.769</b>	<b>147.881</b>
Circulante	<b>154.333</b>	138.796	<b>157.355</b>	144.868
Não circulante	<b>2.414</b>	3.013	<b>2.414</b>	3.013
	<b>156.747</b>	<b>141.809</b>	<b>159.769</b>	<b>147.881</b>

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Duplicatas a vencer	<b>149.793</b>	135.115	<b>152.815</b>	141.187
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	<b>4.012</b>	6.567	<b>4.012</b>	6.567
De 31 a 60 dias	<b>3.046</b>	164	<b>3.046</b>	164
De 61 a 90 dias	<b>163</b>	248	<b>163</b>	248
Acima de 90 dias	<b>4.494</b>	5.193	<b>4.494</b>	5.193
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<b>(4.761)</b>	(5.478)	<b>(4.761)</b>	(5.478)
	<b>156.747</b>	<b>141.809</b>	<b>159.769</b>	<b>147.881</b>

Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em	Baixas no	Saldo em	Baixas no	Saldo em
31/12/2016	período (-)	31/12/2017	período (-)	31/12/2018
<b>(5.984)</b>	<b>506</b>	<b>(5.478)</b>	<b>717</b>	<b>(4.761)</b>

## 8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	<b>87.985</b>	72.964	<b>100.143</b>	85.408
Produtos em processo	<b>640</b>	190	<b>640</b>	190
Matéria-prima	<b>8.355</b>	6.528	<b>8.355</b>	6.528
Materiais de embalagens	<b>2.761</b>	2.223	<b>2.773</b>	2.235
Almoxarifado	<b>19.134</b>	12.557	<b>19.168</b>	12.591
	<b>118.875</b>	<b>94.462</b>	<b>131.079</b>	<b>106.952</b>

O saldo de produtos acabados, materiais de embalagens e almoxarifado estão apresentados pelos valores líquidos, deduzidos das provisões para obsolescência e/ou giro lento.

A movimentação da provisão é como segue:

	Saldo em	Movimento	Saldo em	Movimento	Saldo em
	31/12/2016	no período	31/12/2017	no período	31/12/2018
Produtos acabados	-	4.183	4.183	(3.009)	<b>1.174</b>
Materiais de embalagem	-	252	252	(219)	<b>33</b>
Almoxarifado	3.427	2.817	6.244	(581)	<b>5.663</b>
	<b>3.427</b>	<b>7.252</b>	<b>10.679</b>	<b>(3.809)</b>	<b>6.870</b>

As provisões foram constituídas de acordo com as políticas estabelecidas pela Companhia, onde as áreas técnicas responsáveis pela gestão dos estoques fazem avaliações individuais e/ou grupo de estoques, e quando são identificados itens obsoletos e/ou com giro lento, com remota probabilidade de utilização, a provisão é constituída.

## 9. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue:

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	119.517	78.170	123.182	83.204
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	(40.636)	(26.578)	(41.882)	(28.289)
Efeito líquido das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	385	1.180
Juros sobre capital próprio *	3.237	1.856	3.237	1.856
(Adições)/Exclusões permanentes, líquidas	(110)	856	(697)	(441)
Equivalência patrimonial	641	1.429	-	-
	<b>(36.868)</b>	<b>(22.437)</b>	<b>(38.957)</b>	<b>(25.694)</b>
Corrente	(34.081)	(23.331)	(36.170)	(26.588)
Diferido	(2.787)	894	(2.787)	894

\* A Lei 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar juros sobre capital próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior valor entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações contábeis e, por esse motivo, não impacta o lucro líquido.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo:</b>		
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	1.619	1.862
Provisão para estoques obsoletos	2.336	3.631
Provisão para contingências fiscais	-	1.079
Provisão para contingências trabalhistas	429	510
Provisão para gastos ambientais	136	680
Provisão para fretes, comissões e verbas	1.843	1.388
Obrigações atuariais	8.452	6.987
	<b>14.815</b>	<b>16.137</b>
<b>Passivo:</b>		
Custo atribuído do ativo imobilizado (Terrenos)	29.644	29.644
	<b>29.644</b>	<b>29.644</b>
<b>Total do passivo (-) ativo</b>	<b>14.829</b>	<b>13.507</b>

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente, sendo as projeções revisadas anualmente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia tem expectativa de realização do imposto diferido ativo no período mínimo de 5 anos e no máximo de 10 anos.

## 10. Ativos mantidos para venda

O saldo refere-se ao custo do terreno localizado na Vila Maria, cuja alienação foi autorizada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de setembro de 2012. O ativo está disponível para venda imediata, porém não há prazo definido para a alienação. Dessa forma, o saldo foi registrado no ativo não circulante. O valor de venda estimado, líquido de custos para venda, é superior ao valor de custo contabilmente registrado.

## 11. Investimentos em controladas

a. Informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2018:

Controladas	Participação	Ativo	Patrimônio líquido 31/12/2018	Resultado 31/12/2018	Equivalência patrimonial 31/12/2018	Saldo do Investimento 31/12/2018
Mineração Rosicler Ltda.	99,97%	3.755	3.755	(36)	(37)	3.754
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	92,02%	20.186	19.913	353	326	18.324
Distribuidora Brasim S.A.	50,00%	13.176	5.461	3.156	1.578	2.731
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	98,99%	516	439	18	19	434
					<b>1.886</b>	<b>25.243</b>

b. Informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2017:

Controladas	Participação	Ativo	Patrimônio líquido 31/12/2017	Resultado 31/12/2017	Equivalência patrimonial 31/12/2017	Saldo do Investimento 31/12/2017
Mineração Rosicler Ltda.	99,97%	4.535	4.531	195	195	4.531
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	92,02%	47.546	47.115	2.034	1.872	43.356
Distribuidora Brasim S.A.	50,00%	19.048	8.208	3.551	1.776	4.104
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	98,99%	503	421	364	359	415
					<b>4.202</b>	<b>52.406</b>

c. A movimentação dos investimentos no período de 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro 2018 é como segue:

	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Varição cambial	Dividendos/ outros	Saldo em 31/12/2018
Mineração Rosicler Ltda.	4.531	(37)	-	(740)	3.754
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	43.356	326	-	(25.358)	18.324
Distribuidora Brasim S.A.	4.104	1.578	(1.805)	(1.146)	2.731
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	415	19	-	-	434
	<b>52.406</b>	<b>1.886</b>	<b>(1.805)</b>	<b>(27.244)</b>	<b>25.243</b>

d. A movimentação dos investimentos no período de 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Saldo em 31/12/2016	Equivalência patrimonial	Varição cambial	Dividendos/ outros	Saldo em 31/12/2017
Mineração Rosicler Ltda.	5.532	195	(1.196)	-	4.531
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	40.287	1.872	1.197	-	43.356
Distribuidora Brasim S.A.	3.664	1.776	(743)	(593)	4.104
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	56	359	-	-	415
	<b>49.539</b>	<b>4.202</b>	<b>(742)</b>	<b>(593)</b>	<b>52.406</b>

## 12. Partes relacionadas

a) As transações com partes relacionadas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo Circulante</b>				
Contas a receber				
Distribuidora Brasim. S.A.	1.854	4.730	-	-
<b>Ativo não Circulante</b>				
Dividendos a receber				
Distribuidora Brasim. S.A.	1.758	1.785	-	-
<b>Passivo Circulante</b>				
Contas a pagar				
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	50	86	-	-
<b>Empréstimos</b>				
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	4.912	30.940	-	-
Acionistas indiretos	9.424	8.892	9.424	8.892
	<b>14.336</b>	<b>39.832</b>	<b>9.424</b>	<b>8.892</b>

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Receita operacional</b>		
Distribuidora Brasim. S.A.	14.172	18.655
<b>Custo de produtos vendidos</b>		
Distribuidora Brasim. S.A.	(8.443)	(11.418)
<b>Despesas administrativas e comerciais</b>		
Colorex Comércio e Desenvolvimento de de Produtos Ltda.	(447)	(1.195)
<b>Despesas financeiras</b>		
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(762)	(3.014)
Acionistas indiretos	(651)	(943)

As transações efetuadas com partes relacionadas referem-se às operações de venda de produtos para a controlada Distribuidora Brasim S.A. e à prestação de serviços administrativos, marketing e desenvolvimento de produtos por parte da controlada Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos. Estas transações são realizadas com base em preços e prazos definidos pelas partes envolvidas, consideradas pela Administração como estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio.

As operações financeiras pactuadas através de contrato de mútuo entre as empresas do grupo e acionistas são remuneradas pela taxa CDI (100%), com base nas condições definidas entre as partes, sendo o prazo de vencimento dessas operações indeterminado.

#### Remuneração de administradores

A remuneração da Administração (Diretores estatutários e Conselho de Administração), que foram registradas no resultado de cada exercício é como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Remuneração anual	<b>5.557</b>	4.108	<b>5.648</b>	4.200
Previdencia privada - contribuição definida	<b>165</b>	143	<b>168</b>	147
	<b>5.721</b>	<b>4.251</b>	<b>5.816</b>	<b>4.347</b>

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla a remuneração dos diretores e conselheiros. Os referidos montantes estão registrados na rubrica de despesas administrativas e gerais. A remuneração global dos Administradores e Conselho da Administração da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi fixada no limite de até R\$7.000 (R\$5.000 em 2017), conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não possui remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações.

## 13. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

<b>Controladora</b>								
Custo	Terrenos,		Fornos	Máquinas e		Construções		Total
	edifícios construções	Equipamentos e instalações		matrizes	Veículos	em andamento		
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>87.943</b>	<b>78.308</b>	<b>8.361</b>	<b>22.018</b>	<b>943</b>	<b>27.331</b>	<b>224.904</b>	
Adições	370	1.260	105	194	909	47.183	50.021	
Baixas	-	(4)	-	-	(599)	-	(603)	
Transferências	363	16.478	11.808	8.081	-	(36.730)	-	
	<b>88.676</b>	<b>96.042</b>	<b>20.274</b>	<b>30.293</b>	<b>1.253</b>	<b>37.784</b>	<b>274.322</b>	
<b>Depreciação</b>								
Adições	(4.323)	(15.174)	(8.079)	(5.500)	(328)	-	(33.404)	
Baixas	-	2	-	-	498	-	500	
	<b>(4.323)</b>	<b>(15.172)</b>	<b>(8.079)</b>	<b>(5.500)</b>	<b>170</b>	<b>-</b>	<b>(32.904)</b>	
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>84.353</b>	<b>80.870</b>	<b>12.195</b>	<b>24.793</b>	<b>1.423</b>	<b>37.784</b>	<b>241.418</b>	

<b>Controladora</b>								
Custo	Terrenos,		Fornos	Máquinas e		Construções		Total
	edifícios construções	Equipamentos e instalações		matrizes	Veículos	em andamento		
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>91.455</b>	<b>80.704</b>	<b>15.050</b>	<b>21.978</b>	<b>891</b>	<b>17.097</b>	<b>227.175</b>	
Adições	337	767	-	-	418	27.942	29.464	
Baixas	-	-	-	-	(231)	(140)	(371)	
Transferências	449	10.470	1.212	5.437	-	(17.568)	-	
	<b>92.241</b>	<b>91.941</b>	<b>16.262</b>	<b>27.415</b>	<b>1.078</b>	<b>27.331</b>	<b>256.268</b>	
<b>Depreciação</b>								
Adições	(4.298)	(13.633)	(7.901)	(5.397)	(287)	-	(31.516)	
Baixas	-	-	-	-	152	-	152	
	<b>(4.298)</b>	<b>(13.633)</b>	<b>(7.901)</b>	<b>(5.397)</b>	<b>(135)</b>	<b>-</b>	<b>(31.364)</b>	
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>87.943</b>	<b>78.308</b>	<b>8.361</b>	<b>22.018</b>	<b>943</b>	<b>27.331</b>	<b>224.904</b>	

<b>Consolidado</b>								
Custo	Terrenos,		Fornos	Máquinas e		Construções		Total
	edifícios construções	Equipamentos e instalações		matrizes	Veículos	em andamento		
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>87.943</b>	<b>78.596</b>	<b>8.361</b>	<b>22.018</b>	<b>1.024</b>	<b>27.333</b>	<b>225.275</b>	
Adições	370	1.260	105	194	909	47.183	50.021	
Baixas	-	(4)	-	-	(599)	-	(603)	
Transferências	363	16.478	11.808	8.081	-	(36.730)	-	
IAS - 29	-	411	-	-	95	-	506	
	<b>88.676</b>	<b>96.741</b>	<b>20.274</b>	<b>30.293</b>	<b>1.429</b>	<b>37.786</b>	<b>275.199</b>	
<b>Depreciação</b>								
Adições	(4.323)	(15.310)	(8.079)	(5.500)	(355)	-	(33.567)	
Baixas	-	2	-	-	498	-	500	
IAS - 29	-	(270)	-	-	(35)	-	(305)	
	<b>(4.323)</b>	<b>(15.578)</b>	<b>(8.079)</b>	<b>(5.500)</b>	<b>108</b>	<b>-</b>	<b>(33.372)</b>	
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>84.353</b>	<b>81.163</b>	<b>12.195</b>	<b>24.793</b>	<b>1.537</b>	<b>37.786</b>	<b>241.827</b>	

<b>Consolidado</b>							
<b>Custo</b>	Terrenos, edifícios construções	Equipamentos e instalações	Fornos	Máquinas e matrizes	Veículos	Construções em andamento	Total
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>91.455</b>	<b>80.974</b>	<b>15.050</b>	<b>21.978</b>	<b>972</b>	<b>17.099</b>	<b>227.528</b>
Adições	337	785	-	-	418	27.942	29.482
Baixas	-	-	-	-	(231)	(140)	(371)
Transferências	449	10.470	1.212	5.437	-	(17.568)	-
	<b>92.241</b>	<b>92.229</b>	<b>16.262</b>	<b>27.415</b>	<b>1.159</b>	<b>27.333</b>	<b>256.639</b>
<b>Depreciação</b>							
Adições	(4.298)	(13.633)	(7.901)	(5.397)	(287)	-	(31.516)
Baixas	-	-	-	-	152	-	152
	<b>(4.298)</b>	<b>(13.633)</b>	<b>(7.901)</b>	<b>(5.397)</b>	<b>(135)</b>	<b>-</b>	<b>(31.364)</b>
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>87.943</b>	<b>78.596</b>	<b>8.361</b>	<b>22.018</b>	<b>1.024</b>	<b>27.333</b>	<b>225.275</b>

Construções em andamento: representadas substancialmente pelos investimentos nos projetos de ampliação, construção e modernização da unidade de produção de vidros e da área de armazenagem da planta no Município de Suzano-SP.

Em 1º de janeiro de 2010, a Companhia adotou o custo atribuído ao ativo imobilizado para a classe de terrenos. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por empresa especializada com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. O saldo remanescente do valor justo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 86.871 (R\$ 86.871 em 2017). A contrapartida do saldo foi registrada no patrimônio líquido, no grupo de outros resultados abrangentes, líquidos do imposto de renda e contribuição social diferidos passivo.

As taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo técnico de avaliação elaborado internamente. Não houve alterações na vida útil durante os exercícios de 2018 e 2017.

Para realizarem esta revisão, os especialistas internos (engenheiros) consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. O relatório de avaliação gerado pelos especialistas foi aprovado pela Diretoria da Companhia.

Os imobilizados dados em garantia estão descritos na Nota Explicativa nº 13.



## 14. Empréstimos e financiamentos

a) A composição de empréstimos e financiamentos é como segue:

Circulante			Controladora e Consolidado	
Descrição	Vencimentos	Taxas (%)	31/12/2018	31/12/2017
<b>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social</b>				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Abr/2018	Cesta de moedas + 2,7 % a 3,6 % a.a. + IR	-	3.767
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Mar/2018	TJLP + 2,12% a 4,8% a.a.	-	2.438
<b>Nota de Crédito de Exportação</b>				
Banco Bradesco S.A.	Abr/2018	113% do CDI a.a	-	3.040
Banco Bradesco S.A.	Nov/2020	126% do CDI a.a	5.090	90
Banco Bradesco S.A.	Mar/2021	120% do CDI a.a	7.565	-
Banco do Brasil S.A.	Jan/2018	111% do CDI a.a	-	8.502
Banco do Brasil S.A.	Mar/2018	128% do CDI a.a.	-	15.036
Banco do Brasil S.A.	Jan/2021	121% do CDI a.a.	5.123	-
Banco do Brasil S.A.	Mai/2021	119% do CDI a.a.	15.177	-
Banco Itaú Unibanco S.A.	Jan/2019	131% do CDI a.a.	12.675	12.893
Banco Itaú Unibanco S.A.	Mar/2019	136% do CDI a.a.	2.502	2.505
Banco Itaú Unibanco S.A.	Jun/2021	122% do CDI a.a.	7.568	-
<b>Vendor</b>				
Banco do Brasil S.A.	Jul/2019	7,46% a.a	8.686	5.462
Banco Itaú Unibanco S.A.	Jul/2019	7,57% a.a	3.282	2.168
<b>Adiantamento sobre Contrato de Câmbio</b>				
Banco Bradesco S.A.	Jul/2018	Varição cambial + 4,8% a.a.	-	5.624
Banco do Brasil S.A.	Abr/2019	Varição cambial + 3,96% a.a.	7.750	9.924
Banco Itaú Unibanco S.A.	Fev/2019	Varição cambial + 4,75% a.a.	5.812	6.616
Banco Safra S.A.	Fev/2019	Varição cambial + 4,70% a.a.	5.812	6.616
Banco Santander Brasil S.A	Nov/2018	Varição cambial + 4,90% a.a.	-	15.878
			<b>87.042</b>	<b>100.559</b>

Descrição	Vencimentos	Taxas (%)	31/12/2018	31/12/2017
<b>Nota de Crédito de Exportação</b>				
Banco Bradesco S.A.	Nov/2020	126% do CDI a.a	5.000	10.000
Banco Bradesco S.A.	Mar/2021	120% do CDI a.a	12.500	-
Banco do Brasil S.A.	Jan/2021	120% do CDI a.a.	5.000	-
Banco do Brasil S.A.	Mai/2021	119,50% do CDI a.a.	15.000	-
Banco Itaú Unibanco S.A.	Jan/2019	131% do CDI a.a	-	12.500
Banco Itaú Unibanco S.A.	Mar/2019	136% do CDI a.a	-	2.500
Banco Itaú Unibanco S.A.	Jun/2021	122% do CDI a.a	7.500	-
			<b>45.000</b>	<b>25.000</b>
			<b>132.042</b>	<b>125.559</b>

b) O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento do fluxo de caixa.

	<b>Controladora e Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>164.288</b>
Captações	164.813
Amortizações	(211.048)
Pagamentos de juros	(1.612)
<b>Variações que não envolvem caixa</b>	
Juros incorridos	9.378
Varição cambial	(260)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>125.559</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>125.559</b>
Captações	165.015
Amortizações	(170.541)
Pagamentos de juros	(87)
<b>Variações que não envolvem caixa</b>	
Juros incorridos	6.403
Varição cambial	5.693
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>132.042</b>

c) Os montantes vincendos a longo prazo estão assim demonstrados:

<b>Ano</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
2019	-	15.000
2020	<b>15.000</b>	10.000
2021	<b>30.000</b>	-
	<b>45.000</b>	<b>25.000</b>

## 15. Fornecedores

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Fornecedores nacionais	<b>46.062</b>	39.580	<b>47.218</b>	41.585
Fornecedores exterior	<b>5.128</b>	1.554	<b>5.127</b>	1.554
	<b>51.190</b>	<b>41.134</b>	<b>52.345</b>	<b>43.139</b>

A Companhia, a partir de 2018 intermedia entre os fornecedores e instituições financeiras a antecipação das faturas dos fornecedores referentes à venda de insumos. O saldo a pagar junto ao fornecedor fica registrado na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não há diferença de natureza e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação. O saldo de títulos vendidos pelos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 montava a R\$ 6.958.

## 16. Obrigações tributárias

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
ICMS a recolher	<b>11.714</b>	9.898	<b>11.715</b>	9.899
IPI a recolher	<b>7.323</b>	5.251	<b>7.323</b>	5.251
IRRF a recolher	<b>2.004</b>	3.460	<b>2.004</b>	3.460
IRPJ a recolher	-	-	<b>1.143</b>	703
CSLL a recolher	-	-	<b>23</b>	57
PIS a recolher	<b>528</b>	447	<b>563</b>	480
COFINS a recolher	<b>2.441</b>	2.060	<b>2.594</b>	2.213
INSS a recolher	<b>240</b>	147	<b>240</b>	147
ISS a recolher	<b>111</b>	40	<b>115</b>	45
Outros a pagar	<b>145</b>	75	<b>145</b>	75
	<b>24.506</b>	<b>21.378</b>	<b>25.865</b>	<b>22.330</b>

## 17. Obrigações trabalhistas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Salários e encargos sociais a pagar	<b>8.855</b>	8.261	<b>9.239</b>	8.712
Provisão de férias e encargos sociais a pagar	<b>16.486</b>	12.730	<b>16.502</b>	12.752
	<b>25.341</b>	<b>20.991</b>	<b>25.741</b>	<b>21.464</b>

## 18. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para fretes e verbas contratuais	5.235	4.023	5.235	4.023
Provisões diversas	11.027	10.599	11.038	10.904
	<b>16.262</b>	<b>14.622</b>	<b>16.273</b>	<b>14.927</b>

## 19. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais que estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são garantidos por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia mantinha provisão correspondente a processos cujo risco de perda foi considerado provável pelos assessores legais da Companhia, como abaixo demonstrado:

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias e cíveis	-	-	-	3.107	(75)	3.032
Trabalhistas e previdenciárias	1.194	(1.495)	(301)	1.498	(1.024)	474
	<b>1.194</b>	<b>(1.495)</b>	<b>(301)</b>	<b>4.605</b>	<b>(1.099)</b>	<b>3.506</b>

A movimentação é como segue:

	Saldo em			Saldo em		Saldo em
	31/12/2016	(+) Adições	(-) Reversões	31/12/2017	(-) Reversões	31/12/2018
Tributárias e cíveis	2.925	182	-	3.107	(3.107)	-
Trabalhistas e previdenciárias	1.535	-	(37)	1.498	(304)	1.194
	<b>4.460</b>	<b>182</b>	<b>(37)</b>	<b>4.605</b>	<b>(3.411)</b>	<b>1.194</b>

### Trabalhistas

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento, movidas por ex-empregados que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, horas *in itinere*, adicional noturno e de periculosidade, pagamento de participação nos lucros e outros. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que devem-se realizar, o montante provisionado é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

## Tributários

A Companhia entrou com ação contra a Receita Federal do Brasil questionando a constitucionalidade da cobrança de PIS/COFINS sobre as compras de gás natural realizadas entre os períodos de maio/2007 a abril/2012. Do saldo discutido, R\$ 1.800 foi compensado e registrado como provisão para demandas tributárias, incluindo os juros e multas, enquanto durar o processo de constitucionalidade da cobrança. Conforme posição dos assessores jurídicos da Companhia, como não houve manifestação da Receita Federal do Brasil dentro do prazo legal, houve a homologação tácita no processo, portanto o saldo total da provisão foi revertido para o resultado, na rubrica de outras receitas operacionais.

## Processos com perdas possíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível e, portanto, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas nestes processos. Na opinião da Administração, não se espera que qualquer desses processos tenha um efeito material sobre a posição financeira ou os resultados das operações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, os montantes de riscos máximo desses processos são de R\$ 9.847 (R\$ 13.421 em 2017).

De acordo com a legislação vigente, as operações das Companhias estão sujeitas às revisões das autoridades tributárias pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos federais, estaduais e municipais. Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de encargos trabalhistas e sociais. Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas e os valores identificados ficam sujeitos à multa, juros e atualização monetária.

## **20. Patrimônio líquido**

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social montava a R\$ 200.000 (R\$ 200.000 em 31 de dezembro de 2017), totalmente subscrito e integralizado, representado por 13.579.031 ações sem valor nominal (13.579.031 ações sem valor nominal em 31 de dezembro de 2017), sendo 5.513.608 ações ordinárias e 8.065.423 ações preferenciais (mesma proporção em 31 de dezembro de 2017). As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendo e participam de outras vantagens em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2017, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 100.000, sem emissão de novas ações, a partir das contas Reserva de capital e Reserva de lucros.

b) Reserva de reavaliação

Constituída de acordo com a legislação societária, tem como saldo remanescente o montante de R\$ 8.429, referentes a reavaliação de terrenos, que terá sua realização mediante a alienação deste ativo.

c) Reserva de lucros

Composta pelas reservas de lucro, estatutária e retenção de lucros, conforme critérios descritos a seguir:

c.1) Reserva legal

Constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social somadas as reservas de capital. Após esses limites, as apropriações à essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos. O saldo reserva legal de R\$ 18.734 (R\$ 14.602 em 2017).

c.2) Reserva estatutária

Refere-se à constituição de reserva para desenvolvimento, no montante de R\$ 33.838 (R\$ 25.573 em 2017), a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos, na base de 10% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado.

c.3) Reserva para retenção de lucros

A reserva refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados no montante de R\$102.294 (R\$53.100 em 2017), a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores “*ad referendum*”, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros do exercício de 2017 não destinados como dividendos foram apropriados à esta reserva.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2017, foi aprovado aumento de capital social, sendo parte com reserva de lucros, no montante de R\$ 63.846 e parte com reservas de capital, no montante de R\$ 36.154.

d) Outros resultados abrangentes

d.1). Conversão para moeda estrangeira

O montante devedor de R\$ 8.451 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 5.541 em 2017) refere-se ao efeito acumulado da conversão cambial das demonstrações contábeis de controlada que mantêm registros contábeis em moeda funcional diferente da moeda funcional da controladora. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício, como ganho ou perda, somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

d.2) Custo atribuído

O montante de R\$ 57.545 (R\$ 57.545 em 2017), líquido de tributos, refere-se ao custo atribuído do ativo imobilizado, registrado na rubrica de terreno, em contrapartida da rubrica de outros resultados abrangentes. O saldo será realizado quando da alienação do bem.

d.3) Ganhos e perdas atuarias

O montante devedor de R\$ 16.407 (líquido de tributos) em 31 dezembro de 2018 (R\$ 13.563 em 2017) refere-se às variações sobre os cálculos atuariais dos planos de previdência complementar e seguro saúde.

e) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar foram destacados no patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. As ações preferenciais gozam de distribuição de dividendo mínimo não acumulativo de 6% a.a. sobre o valor de sua participação no capital social integralizado.

Durante o exercício de 2018, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio referente ao resultado de 2018, no montante de R\$ 9.521, sendo R\$ 8.092 líquido do imposto de renda retido na fonte (R\$ 8.740 em 2017, sendo R\$ 7.429 líquido do imposto de renda retido na fonte). Também, foram propostos dividendos o montante de R\$11.537 (R\$5.808 em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto referente à dividendos a pagar monta à R\$ 12.767 (R\$ 7.333 em 2017) para as demonstrações contábeis individuais e R\$ 14.482 (R\$ 8.996 em 2017) para as demonstrações contábeis consolidadas.

Os dividendos do exercício foram calculados conforme segue:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>82.649</b>	<b>55.733</b>
Reserva legal 5%	(4.132)	(2.787)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	78.517	52.946
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
<b>Dividendo anual mínimo</b>	<b>19.629</b>	<b>13.237</b>
Dividendos propostos	11.537	5.808
Juros sobre o capital próprio	9.521	8.740
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(1.429)	(1.311)
<b>Total de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício</b>	<b>19.629</b>	<b>13.237</b>

## 21. Plano de aposentadoria complementar e seguro saúde

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores o Seguro de Reembolso de Assistência à Saúde nos segmentos Ambulatorial, Hospitalar e Obstétrico, em conformidade com a Resolução Normativa 279 da ANS, que regula a continuidade no plano pela tabela da faixa etária, e caso ocorra, os boletos de cobrança serão emitidos pela Porto Seguro – Seguro Saúde. A partir de 20 de fevereiro de 2019, houve alteração da operadora do seguro saúde para Sul América Companhia de Seguro Saúde. Para um grupo de ex-diretores, há uma condição especial, onde os pagamentos dos prêmios ocorrem através de boletos bancários emitidos pela Companhia diretamente em favor do segurado. O reconhecimento de ganhos e perdas atuariais é reconhecido na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

A Companhia é patrocinadora de um plano de benefícios, administrado pelo MultiBRA Fundo de Pensão - Bradesco Multipensions, na modalidade de contribuição variável, que assegura renda mensal à aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual, auxílio doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez, na modalidade de benefício definido.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas mantinham provisão para o passivo atuarial referente à esses planos no montante de R\$24.859 (R\$ 20.551 em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, as contribuições da Companhia e suas controladas foram de R\$ 3.753 (R\$ 3.568 em 2017), registradas na rubrica Despesas Administrativas.

O passivo atuarial do Seguro de Reembolso de Assistência à Saúde nos segmentos Ambulatorial, Hospitalar e Obstétrico foi calculado por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

<b>Premissas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 suavizada em 10%, segregada por sexo	AT 2000 suavizada em 10%, segregada por sexo
Tábua de Rotatividade	Prudential 4	Prudential 4
Taxa de Real de Desconto das Obrigações	4,62% ao ano	5,04% ao ano
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	0,00% ao ano	0,00% ao ano
Taxa de inflação	5,5% ao ano	5,5% ao ano
<i>Duration</i> do Passivo	8,40 anos	7,25 anos
Fator de permanência no Plano de Seguro Saúde no momento da aposentadoria	0% para salários até R\$ 5.000,00 1% para salários entre R\$ 5.001,00 à R\$ 10.000,00 3% para salários entre R\$ 10.001,00 à R\$ 15.000,00 50% para salários acima de R\$ 15.000,00	0% para salários até R\$ 5.000,00 1% para salários entre R\$ 5.001,00 à R\$ 10.000,00 3% para salários entre R\$ 10.001,00 à R\$ 15.000,00 50% para salários acima de R\$ 15.000,00
Idade de Aposentadoria	60 anos	60 anos
Valor mensal do Subsídio	R\$ 900,97, conforme observação estatística	R\$ 656,82, conforme observação estatística
Crescimento anual real do subsídio		
HCTR (crescimento do custo do serviço de saúde)	1,00%	1,00%
Aging Factor (crescimento do custo pelo envelhecimento)	1,00%	1,00%
Composição Familiar	Todos casados/Idade do cônjuge +/- 4 anos	Todos casados/Idade do cônjuge +/- 4 anos

Valores expressos em reais.



O passivo atuarial do plano de previdência e fundo de pensão foi calculado por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

<b>Premissas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
	AT-2000	AT-2000
Tábua de Mortalidade	suavizada em 10%	suavizada em 10%
	AT-2000	AT-2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	suavizada em 10%	suavizada em 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Real de Salários	1% ao ano	1% ao ano
Taxa de Desconto para o cálculo do Valor Presente das Obrigações	4,62% ao ano	5,04% ao ano
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos dos Planos	4,62% ao ano	5,04% ao ano
Taxa de inflação	5,50% ao ano	5,50% ao ano

A movimentação líquida do passivo atuarial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está representada a seguir:

	<b>Controladora e Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>20.459</b>
(+) Provisão no exercício	92
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>20.551</b>
(+) Provisão no exercício	4.308
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>24.859</b>

A composição do valor presente das obrigações contratuais e valor justo dos ativos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está representada a seguir:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Valor presente das obrigações contratuais	<b>(84.751)</b>	(80.413)
Valor justo dos ativos	<b>59.892</b>	59.862
Passivo atuarial líquido	<b>(24.859)</b>	(20.551)

## **22. Lucro por ação**

### a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações do exercício. São reduzidos do lucro atribuído aos acionistas da controladora quaisquer dividendos de ações preferencialistas e eventuais prêmios pagos na emissão de ações preferenciais durante o período.

	31 de dezembro de 2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Numerador básico:</b>			
Lucro do período	33.561	49.088	82.649
<b>Denominador básico (em milhares de ações):</b>			
Média ponderada do número de ações	5.514	8.065	13.579
<b>Lucro líquido por ação - básico</b>	<b>6,09</b>	<b>6,09</b>	<b>6,09</b>

	31 de dezembro de 2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Numerador básico:</b>			
Lucro do período	22.631	33.102	55.733
<b>Denominador básico (em milhares de ações):</b>			
Média ponderada do número de ações	5.514	8.065	13.579
<b>Lucro líquido por ação - básico</b>	<b>4,10</b>	<b>4,10</b>	<b>4,10</b>

#### b) Diluído

A Companhia não possui instrumento conversível em ações e opção de compra de ações. Dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

### 23. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado		Reapresentado
Mercado interno	<b>974.419</b>	817.984	<b>1.007.976</b>	855.374
Mercado externo	<b>88.918</b>	77.428	<b>88.918</b>	77.428
Impostos incidentes sobre vendas	<b>(298.713)</b>	(267.731)	<b>(301.329)</b>	(270.690)
Devoluções e abatimentos (a)	<b>(27.484)</b>	(24.038)	<b>(27.484)</b>	(24.038)
	<b>737.140</b>	<b>603.643</b>	<b>768.081</b>	<b>638.074</b>

(a) Os saldos de 31 de dezembro de 2017 estão sendo reapresentados, considerando os efeitos da adoção do novo pronunciamento técnico CPC 47/IFRS15, conforme Nota Explicativa nº 3 “acordos e verbas comerciais”.

### 24. Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mão de obra e energéticos	<b>(189.148)</b>	(151.615)	<b>(189.148)</b>	(151.615)
Matéria prima e material de embalagem	<b>(121.693)</b>	(107.365)	<b>(121.693)</b>	(107.365)
Depreciação e outros	<b>(93.336)</b>	(75.139)	<b>(107.410)</b>	(92.021)
	<b>(404.177)</b>	<b>(334.119)</b>	<b>(418.251)</b>	<b>(351.001)</b>

## 25. Despesas com vendas e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Vendas</b>				
		Reapresentado		Reapresentado
Pessoal	(43.237)	(36.518)	(44.970)	(37.932)
Frete	(29.221)	(24.001)	(32.320)	(27.228)
Promoção e propaganda (a)	(6.551)	(5.874)	(7.399)	(6.774)
Créditos incobráveis	267	50	267	50
Utilidades e serviços	(31.666)	(32.304)	(34.904)	(36.394)
	<b>(110.408)</b>	<b>(98.647)</b>	<b>(119.326)</b>	<b>(108.278)</b>
<b>Gerais e administrativas</b>				
Pessoal	(66.519)	(53.773)	(67.410)	(54.613)
Utilidades e serviços	(25.034)	(25.305)	(25.858)	(25.736)
	<b>(91.553)</b>	<b>(79.078)</b>	<b>(93.268)</b>	<b>(80.349)</b>

(a) Os saldos de 31 de dezembro de 2017 estão sendo reapresentados, considerando os efeitos da adoção do novo pronunciamento técnico CPC 47/IFRS15, conforme Nota Explicativa nº 3 “acordos e verbas comerciais”.

## 26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros passivos	(11.124)	(14.639)	(10.361)	(11.352)
Variações cambiais e monetárias passivas	(68.374)	(27.324)	(70.251)	(27.800)
Despesas bancárias	(555)	(2.107)	(836)	(2.554)
Outras	(7.393)	(7.349)	(7.393)	(7.357)
	<b>(87.446)</b>	<b>(51.419)</b>	<b>(88.841)</b>	<b>(49.063)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros ativos	681	731	681	335
Rendimentos de aplicações financeiras	3.411	1.237	3.845	1.817
Variações cambiais e monetárias ativas	63.972	26.055	63.983	26.071
Outras	2.158	1.606	2.423	1.606
	<b>70.222</b>	<b>29.629</b>	<b>70.932</b>	<b>29.829</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(17.224)</b>	<b>(21.790)</b>	<b>(17.909)</b>	<b>(19.234)</b>

## 27. Segmentos operacionais

	<b>Consolidado</b>			
	<b>01/01/2018 a 31/12/2018</b>			
	<b>Utilidades domésticas</b>	<b>Embalagem</b>	<b>Imóveis e outros</b>	<b>Total</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>954.515</b>	<b>103.959</b>	<b>38.420</b>	<b>1.096.894</b>
Deduções: Impostos, devoluções e abatimentos	(301.644)	(24.709)	(2.460)	(328.813)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>652.871</b>	<b>79.250</b>	<b>35.960</b>	<b>768.081</b>
Custo dos produtos vendidos	(349.271)	(53.235)	(15.745)	(418.251)
<b>Lucro bruto</b>	<b>303.600</b>	<b>26.015</b>	<b>20.215</b>	<b>349.830</b>
Despesas com vendas	(99.564)	(9.657)	(10.105)	(119.326)
Despesas administrativas	(82.561)	(8.992)	(1.715)	(93.268)
Outras receitas (despesas) operacionais e financeiras líquidas	(10.357)	(1.128)	(2.569)	(14.054)
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	(33.247)	(3.621)	(2.089)	(38.957)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>77.871</b>	<b>2.617</b>	<b>3.737</b>	<b>84.225</b>
<b>Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores</b>				<b>82.649</b>
<b>Lucro líquido do exercício atribuível aos não controladores</b>				<b>1.576</b>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>01/01/2017 a 31/12/2017</b>			
	<b>Reapresentado</b>			
	<b>Utilidades domésticas</b>	<b>Embalagem</b>	<b>Imóveis e outros</b>	<b>Total</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>796.920</b>	<b>97.015</b>	<b>38.867</b>	<b>932.802</b>
Deduções: Impostos, devoluções e abatimentos	(266.646)	(25.133)	(2.949)	(294.728)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>530.274</b>	<b>71.882</b>	<b>35.918</b>	<b>638.074</b>
Custo dos produtos vendidos	(285.378)	(48.500)	(17.123)	(351.001)
<b>Lucro bruto</b>	<b>244.896</b>	<b>23.382</b>	<b>18.795</b>	<b>287.073</b>
Despesas com vendas	(87.943)	(10.704)	(9.631)	(108.278)
Despesas administrativas	(70.496)	(8.582)	(1.271)	(80.349)
Outras receitas (despesas) operacionais e financeiras líquidas	(12.151)	(1.479)	(1.612)	(15.242)
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	(20.002)	(2.435)	(3.257)	(25.694)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>54.304</b>	<b>182</b>	<b>3.024</b>	<b>57.510</b>
<b>Lucro do exercício atribuível aos controladores</b>				<b>55.733</b>
<b>Lucro líquido do exercício atribuível aos não controladores</b>				<b>1.777</b>

## 28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é apreciado pelo Conselho de Administração, se aprovado para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

### a) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, sendo os principais: (i) a volatilidade da taxa de câmbio; e (ii) a volatilidade da taxa de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

### b) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2018 e 2017 instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de juros.

### c) Risco com taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa:

Valores denominados em milhares de dólares norte-americanos.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Contas a receber (i)</b>				
Dólar norte-americano	3.640	4.078	4.418	5.939
<b>Empréstimos e financiamentos (ii)</b>				
Dólar norte-americano	(5.000)	(13.500)	(5.000)	(13.500)
<b>Exposição líquida (i-ii):</b>	<b>(1.360)</b>	<b>(9.422)</b>	<b>(582)</b>	<b>(7.561)</b>

A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de câmbio.

#### d) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição à riscos de crédito associados à caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, efetuando investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição à riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas a receber.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito é conforme segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Caixa e equivalentes de caixa	15.391	8.399	16.599	10.702
Títulos e valores mobiliários	38.738	9.792	45.857	16.928
Contas a receber de clientes	156.747	141.809	159.769	147.881
Outros créditos	6.217	6.802	4.610	5.254
	<b>217.093</b>	<b>166.802</b>	<b>226.835</b>	<b>180.765</b>

Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia e suas controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

#### e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamento, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia e controladas.

A seguir são apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	<b>Consolidado</b>		<b>31/12/2018</b>
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>2 - 3 anos</b>
Empréstimos e financiamentos	132.042	87.042	45.000
Fornecedores	52.345	52.345	-
Partes relacionadas	9.424	-	9.424
	<b>193.811</b>	<b>139.387</b>	<b>54.424</b>

	<b>Consolidado</b>		<b>31/12/2017</b>
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>2 - 3 anos</b>
Empréstimos e financiamentos	125.559	100.559	25.000
Fornecedores	43.139	43.139	-
Partes relacionadas	8.892	-	8.892
	<b>177.590</b>	<b>143.698</b>	<b>33.892</b>

Não é esperado que fluxos de caixa apresentados anteriormente sejam antecipados.

f) Valor justo de instrumentos financeiros

(i) Cálculo do valor justo

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativos dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

O valor justo foi estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontados, utilizando taxas anualmente disponíveis e/ou prazos semelhantes e remanescentes.

A seguir apresentamos a classificação e os principais valores contábeis e justos dos ativos e passivos e financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<b>Consolidado</b>		<b>31/12/2018</b>
	<b>Valor justo por meio de resultado</b>	<b>Custo Amortizado</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	16.599		16.599
Títulos e valores mobiliários	45.857	-	45.857
Contas a receber	-	159.769	159.769
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	-	52.345	52.345
Empréstimos e financiamentos	-	132.042	132.042
Partes relacionadas	-	9.424	9.424

	<b>Consolidado</b>			<b>31/12/2017</b>	
	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>Custo Amortizado</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	10.702	-	-	10.702	10.702
Títulos e valores mobiliários		16.928	-	16.928	16.928
Contas a receber	147.881	-	-	147.881	147.881
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	43.139	-	-	43.139	43.139
Empréstimos e financiamentos	-	-	125.559	125.559	125.559
Partes relacionadas	8.892	-	-	8.892	8.892

(ii) Hierarquia de valor justo:

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de um a três, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

#### **Mensurações de valor justo de nível 1:**

São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

#### **Mensurações de valor justo de nível 2:**

São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);

#### **Mensurações de valor justo de nível 3:**

São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).



Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo são como segue:

	Nível 2			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo: Títulos e valores mobiliários	38.738	9.792	45.857	16.928
	<u>38.738</u>	<u>9.792</u>	<u>45.857</u>	<u>16.928</u>

g) Risco de mercado

A Companhia dedica-se à produção e venda de produtos de utilidades domésticas e embalagens de vidros. Além dos riscos que afetam, de modo geral, a indústria, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais, mudanças na demanda, greves e regulamentos ambientais, as atividades da Companhia são especificamente afetadas pelos seguintes riscos:

- (i) A conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor de consumo como um todo, por meio da desaceleração da economia, aumento dos juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores.
- (ii) Na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de um grande cliente, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução na demanda.
- (iii) As margens de lucro da Companhia podem ser afetadas em virtude de aumento dos custos operacionais.

h) Análise de sensibilidade

A Administração identificou para cada tipo de instrumento financeiro a situação de variação nas taxas de câmbio e taxas de juros que podem gerar perda no ativo e/ou passivo que está sendo protegido.

Para cada exposição, a Administração definiu um cenário provável com base na informação disponível nas datas dos balanços patrimoniais, e definiu a variação de taxas de juros que considera os efeitos de uma elevação de 25% e 50% nas taxas de juros da economia e demais indexadores sensíveis à variações para ativos e passivos financeiros diretamente suscetíveis à oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado, para posições em aberto em 31 de dezembro de 2018.

Análise de sensibilidade	Consolidado		
	Cenário Provável em 31/12/2018	Cenário de alta 25%	Cenário de alta 50%
<b>Instrumentos financeiros</b>			
Títulos e valores mobiliários	4.940	6.175	7.411
Empréstimos e financiamentos	(7.746)	(9.683)	(11.619)
	<u>(2.806)</u>	<u>(3.508)</u>	<u>(4.208)</u>

## **29. Transações que não afetam caixa**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia procedeu com as seguintes transações que não afetaram caixa:

- Ajustes de conversão para moeda estrangeira (R\$ 2.910 em 2018 e R\$ 119 em 2017), controladora e consolidado;
- Constituição de reserva legal (R\$ 4.132 em 2018 e R\$ 2.787 em 2017);
- Constituição de reserva estatutária (R\$ 8.265 em 2018 e R\$ 5.573 em 2017);
- Declaração de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no montante de R\$ 21.058 em 2018, dos quais R\$ 12.767 permanecem em aberto (controladora) e R\$ 14.482 (consolidado) no citado exercício;
- Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a provisão para demandas judiciais não afetou caixa.

## **30. Seguros**

Os valores segurados são determinados e contratados pela Administração em bases técnicas que contemplam o valor máximo passível de sinistro para a cobertura de eventuais perdas decorrentes com bens do ativo imobilizado, estoques e responsabilidade civil. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Em 31 de dezembro de 2018, o valor de cobertura de eventuais sinistros, por local segurado, montava em R\$ 390.000 (R\$ 370.000 em 31 de dezembro de 2017). O escopo de trabalho do nosso auditor independente não contempla a avaliação da suficiência da cobertura de nossos seguros.

\* \* \*